ANDREY BORGES DE MENDONÇA

**Análise crítica da prisão preventiva na Lei
12.403/2011: proposta à luz de modelos estrangeiros
e da Convenção Americana de Direitos Humanos**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Banca examinadora do Programa de Pós-
Graduação em Direito, da Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo, como
exigência parcial para obtenção de título de
Mestre em Direito, na área de concentração
de Direito Processual Penal, sob orientação
do Professor Titular Dr. Antonio Scarance
Fernandes

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**

Mendonça, Andrey Borges de
M 494a Análise crítica da prisão preventiva na Lei 12.403/2011:
proposta à luz de modelos estrangeiros e da Convenção
Americana de Direitos Humanos / Andrey Borges de
Mendonça. -- São Paulo: USP / Faculdade de Direito, 2014.
370 f.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Scarance Fernandes
Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo,
USP, Programa de Pós-Graduação em Direito, Direito
Processual, 2014.

1. Prisão preventiva 2. Direitos humanos.
3. Direito comparado. 4. Prisão – Modelos.
I. Fernandes, Antonio Scarance. II. Título.

CDU

RESUMO

Este trabalho analisa os principais pontos controvertidos introduzidos pela Lei 12.403, de 4 de maio de 2011, no tocante à prisão preventiva, à luz dos modelos estrangeiros e do sistema interamericano de Direitos Humanos, sempre pautado pela busca de equilíbrio entre o garantismo e a eficiência. O principal objetivo do trabalho foi buscar subsídios para a interpretação das disposições internas controvertidas, pautando-se nos modelos e standards internacionais, com o intuito de se aprofundar o estudo do tema. Para se chegar ao contexto de edição da referida lei e melhor compreendê-la, analisam-se as influências que deram origem ao atual Código de Processo Penal e a sua fisionomia originária, que possuía, sobretudo no tema da prisão preventiva, contexto marcadamente autoritário. Após, são analisadas as diversas alterações pelas quais o Código sofreu em relação ao tema, sob o influxo de movimentos internacionais existentes no século XX, que culminaram com a edição da Lei 12.403. Em seguida, é analisada a Convenção Americana de Direitos Humanos, especialmente tendo em vista a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, buscando verificar os standards internacionais relativos ao tema da prisão preventiva, de força vinculante e autoaplicáveis no direito interno. Também é analisado o direito comparado, buscando-se apoio em três países (Itália, Portugal e Chile), seja porque inspiraram diretamente a Lei 12.403, seja porque passaram por reformas semelhantes às introduzidas pela Lei 12.403. Com suporte na doutrina e jurisprudência destes países, clareiam-se diversos pontos controvertidos da nova Lei. Ao final, buscou-se apresentar algumas propostas para interpretação da prisão preventiva, sendo que, para tanto, foram propostos e analisados cinco modelos de prisão preventiva atualmente existentes no ordenamento nacional (prisão preventiva originária, derivada, esclarecedora, sancionatória e protetiva).

Palavras-chave: Prisão Preventiva. Direitos Humanos. Lei 12.403/2011. Pontos Controvertidos. Convenção Americana de Direitos Humanos. Direito Comparado. Modelos de prisão preventiva

ABSTRACT

This work analyses the main controversial issues introduced by the Law 12.403, enacted on May 4th, 2011, regarding preventive detention in the light of foreign models and the Inter-American Human Rights System, always guided by the search for the balance between efficiency and the system of guarantees. The main objective was to seek grants for the interpretation of the controversial internal rules, always focusing on models and international standards, in order to deepen the study of the subject. To understand the context of the Law 12.403 and understand it better, we analyse the influences that gave rise to the current Criminal Procedure Code and its original physiognomy, which had, especially, on the issue of custody, a markedly authoritarian context. After, the text analyses the different changes the Code suffered, under the influence of international movements in the twentieth century, culminating in the enactment of the Law 12.403. Then, this work analyses the American Convention on Human Rights, especially in the view of the jurisprudence of the Inter-American Court of Human Rights, seeking to verify the international standards related to the subject of preventive detention, which is binding and self-applicable internally. It is also analysed the comparative law, seeking support in three countries (Italy, Portugal and Chile), either because they directly inspired the Law 12.403 or because they went through similar reforms as those introduced by the Law 12.403. Supported in the doctrine reforms and case law of these countries, many controversial aspects of the new law are lightened up. At the end, we present some proposals for the interpretation of the provisional detention, and, the five detention models currently existing in the national law (original, derived, “clarifying”, punitive and protective detention), are analysed.

Keywords. Preventive detention. Law 12.403/2011. Human Rights. Controversial issues. American Convention on Human Rights. Comparative law. Detention Models.

INTRODUÇÃO

Muito já se escreveu sobre a prisão preventiva e diversas questões relativas ao tema poderiam ser objetivo específico de uma tese própria. Por isto, essencial delimitar o foco do presente estudo.

O objeto do presente trabalho será analisar as questões controvertidas introduzidas pela Lei 12.403/2011 no tocante à prisão preventiva, à luz da Convenção Americana e dos modelos estrangeiros.

Mas ainda são necessárias algumas precisões sobre o objeto.

De início, o estudo tentará fugir de questões teóricas sem consequências práticas. Superada a fase de afirmação do direito processual, o critério que deve nortear o estudioso moderno deve ser a busca de resultados concretos.

É claro que tais resultados não podem ser considerados de maneira matemática, asséptica ou em desconsideração aos direitos fundamentais. Para a análise do objeto proposto, procurar-se-á o equilíbrio entre eficiência e garantismo, os dois valores do moderno processo penal, conforme linha de pesquisa que vem sendo desenvolvida há alguns anos por Antonio Scarance Fernandes no Departamento de Processo Penal da Faculdade de Direito da USP. Eficiência e garantismo, diga-se desde logo, não como ideias antagônicas, mas sim complementares. Parte-se da premissa de que a efetividade do processo penal resulta do equilíbrio entre o interesse do Estado na segurança social e o de liberdade do indivíduo (também um interesse social). Esse equilíbrio que permitirá realizar a justiça e assegurar a paz social, conforme leciona Antonio Scarance Fernandes.¹

No tocante à prisão preventiva, trata-se do instrumento mais agressivo que pode atingir o imputado ao longo da persecução penal, mas, ao mesmo tempo, a mais eficiente (e gravosa) ferramenta para preservar os interesses do processo e da sociedade, enquanto não se chega ao final do processo.

Nesta busca permanente e incessante de equilíbrio, certamente será importante a

¹ FERNANDES, Antonio Scarance. Efetividade, processo penal e dignidade humana. In: MIRANDA, Jorge; SILVA, Marco Antonio Marques da (Coord.). *Tratado luso-brasileiro da dignidade humana*. 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 532.

análise de alguns fatores de eficiência e de garantia, ou seja, fatores que permitam à prisão preventiva melhor contribuir para os resultados do processo, assim como fatores de garantia, de sorte a potencializar os direitos do imputado privado de sua liberdade. Este será o “pano de fundo” da presente análise.

A relevância do tema deflui, de início, da relativamente recente aprovação da Lei 12.403, em 4 de maio de 2011, que alterou todo o panorama legal relativo à prisão preventiva. Praticamente todos os dispositivos relativos ao tema foram alterados, o que fez com que diversos estudos surgissem, levantando novas questões controvertidas sobre a sua aplicação. Assim, por exemplo, defende-se a existência de diversas espécies de prisões preventivas, com requisitos, condições de admissibilidade e procedimentos diversos, ao mesmo tempo em que surgem questionamentos sobre a forma de aplicar e assegurar diversos direitos e garantias aplicáveis – ou que deveriam ser aplicáveis – às pessoas presas preventivas, que surgiram ou se potencializaram a partir da referida Lei. Ademais, cada vez mais cresce a importância das Cortes Internacionais de Direitos Humanos, assim como a recíproca influência entre os países na comunidade internacional. Recentemente, em caso de repercussão nacional, a Itália se recusou a extraditar uma pessoa foragida, em razão da alegação, dentre outros, de que as condições carcerárias no Brasil não satisfaziam. O tema dos direitos fundamentais, portanto, não se limita mais ao âmbito restrito do território de apenas um Estado.

Por outro lado, dentro de uma linha de “processo de resultados” aderente à realidade social, política e econômica subjacente,² deve-se destacar que o Brasil possui grande número de pessoas presas preventivamente, sendo atualmente o quarto maior contingente de presos do mundo, com um crescimento exponencial nos últimos anos, que não foi diminuído ou sequer freado com a aprovação da Lei 12.403.

Diante deste panorama, a escolha do tema se justifica porque o socorro no direito comparado e na Convenção Americana de Direitos Humanos poderá subsidiar, iluminar e melhor interpretar as alterações envolvendo a prisão preventiva, introduzidas pela Lei 12.403, sem se perder de vista o grave problema carcerário brasileiro.

Com a utilização destes parâmetros (direito comparado e a Convenção Americana de

² GRINOVER, Ada Pellegrini. O crime organizado no sistema italiano. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 12, p. 76, Out/1995, RT Online, p. 9.

Direitos Humanos) buscar-se-á catalisar e aprofundar os debates e as reflexões sobre o tema. Ademais, ao se fazer este estudo, necessariamente se verificará se a nova legislação está ou não de acordo com as tendências internacionais sobre o tema, especialmente da Convenção Americana, propondo-se mudanças, em caso negativo.

Os países que serão analisados passaram por reformas relativamente recentes no tocante à prisão preventiva e, inclusive, foram inspiração direta para a Lei 12.403/2011. Já possuem, portanto, jurisprudência e doutrina mais consolidada e refletida sobre os diversos pontos discutidos no Brasil. Tais países, portanto, serão fontes seguras para a interpretação dos dispositivos controvertidos. Por sua vez, a Convenção Americana ainda é uma “ilustre desconhecida” na realidade nacional dos operadores do direito. O objetivo será não apenas analisar a Convenção em si, mas, sobretudo, a jurisprudência da Corte Interamericana, sua intérprete autêntica, para, com isso, realmente descobrir qual é a original interpretação dada às garantias previstas na Convenção e que são vinculantes ao Estado brasileiro. Neste sentido, a análise das garantias permitirá verificar se o Brasil se encontra ou não de acordo com estas.

Com a pesquisa destes modelos estrangeiros e a Convenção Americana espera-se não apenas estimular os debates sobre os pontos já controvertidos, mas também verificar outros pontos ainda não controversos no Brasil e, ainda, soluções exitosas que foram encontradas no direito estrangeiro, assim como tendências sobre o tema da prisão preventiva.

De início, no capítulo I, analisar-se-ão os pontos da Lei 12.403 que a doutrina nacional já aponta como sendo os mais candentes e divergentes sobre o tema da prisão preventiva.

Em seguida, no capítulo II, se voltará para o estudo de como o Código de Processo Penal (CPP) tratava a prisão preventiva originariamente, assim como as influências e concepções que o influenciaram, partindo-se, em seguida, para análise das muitas alterações e mutações que o tema sofreu até se chegar à edição da Lei 12.403.

Assim, no capítulo III, a Lei 12.403 serão analisadas as garantias no tocante à prisão e liberdade na Convenção Americana e, mais especificamente, sob o enfoque da jurisprudência de sua intérprete originária. Objetivar-se-á identificar padrões e standards internacionais na interpretação da prisão preventiva - que são vinculantes ao Brasil - e verificar a compatibilidade da nova legislação.

No capítulo IV serão analisados os países que passaram por alterações semelhantes às ocorridas no Brasil – Itália, Portugal e Chile – e enfrentaram questões que atualmente se mostram controvertidos na análise da Lei 12.403. Buscar-se-á, ainda, identificar pontos em que a legislação nacional necessita avançar e outras discussões que se mostrem potencialmente relevantes.

Por fim, nos capítulos V e VI o foco será a análise das alterações da Lei 12.403, à luz dos parâmetros estabelecidos nos capítulos anteriores. Ao longo destes dois capítulos as questões controvertidas serão enfrentadas.

No capítulo V serão tratadas questões ligadas à principiologia, aos requisitos da prisão preventiva e as garantias envolvendo a prisão preventiva. Especial enfoque será dado ao procedimento incidental de liberdade.

No último capítulo será apresentada uma divisão dos cinco modelos de prisão preventiva que foram introduzidos no ordenamento nacional pela Lei 12.403 e as particularidades de cada um deles. Ao dissecar o estudo da prisão preventiva em espécies distintas, haverá diversos ganhos, seja na busca de maior sistematicidade e harmonia ao sistema como um todo, seja facilitando a aplicação prática e o aprofundamento do estudo do tema.

CONCLUSÃO

Ao final da pesquisa podem ser sumariadas algumas conclusões parciais do estudo.

É possível vislumbrar diversos pontos controvertidos já surgidos sobre a Lei 12.403, no tocante à prisão preventiva. Certamente outros surgirão.

A análise histórica a partir do contexto de edição do atual CPP comprova que, em sua redação originária, não se protegia a liberdade de maneira adequada. Foi editado em um contexto autoritário e de presunção de culpa, com a adoção sem critérios das ideias das Escolas Positivista e Técnico Jurídica e sob influência do Código Rocco. À luz destas ideias, a regra era a prisão ao longo do processo e a liberdade a exceção. O legislador presumia o perigo em relação a determinadas categorias de pessoas, que eram consideradas perigosas (como os vadios, os reincidentes e as pessoas não identificadas). Os requisitos e as condições de admissibilidade da prisão preventiva eram tratados conjuntamente e sem critério pelo legislador. O CPP não se preocupou em disciplinar um procedimento incidental de liberdade e muito menos as garantias do imputado. O controle judicial da detenção, que existiu no Império, continuou a ser feito pela autoridade policial, sem interferência pessoal do juiz.

Por sua vez, o tema da prisão foi o que mais sofreu alterações e mutações no regime do CPP. Estas decorreram basicamente de quatro movimentos: o desenvolvimento das ideias de processo penal constitucional, a proteção internacional dos direitos humanos, as noções de cautelaridade e as ideias de prisão-pena como *ultima ratio* (despenalização). Estes movimentos trouxeram ganhos para o imputado, restringindo a utilização da prisão preventiva, seja por meio de alterações legais ou por mutações.

O estudo da Convenção Interamericana de Direitos, sobretudo a partir das decisões da Corte Interamericana, sua intérprete originária, foi sumamente rico, apontando para a existência de diversos standards internacionais, de observância vinculante no Brasil. A Lei 12.403, embora tenha avançado em alguns pontos, não está plenamente de acordo com estas tendências.

Segundo a Convenção Americana, toda privação de liberdade, para qualificar-se de legal, deve observar as causas, casos e circunstâncias explicitamente previstas na lei interna do país, que devem ser as mais explícitas possíveis, assim como o procedimento objetivamente definido na legislação interna. Deve haver a maior concretude possível na

definição das hipóteses legais de prisão e no procedimento. Mas não basta a garantia de legalidade e proteção convencional vai além. Qualquer forma de privação da liberdade que não observe as garantias e os princípios da Convenção será considerada arbitrária.

Toda pessoa detida, seja por ordem judicial ou em flagrante, tem o direito de ser levada pessoalmente e sem demora perante um juiz. Para o preenchimento desta garantia, a Corte estabeleceu diversos requisitos. De início, deve ser um controle feito por um juiz ou autoridade com poderes jurisdicionais, com garantias de independência, imparcialidade e que tenha poderes para liberar imediatamente o detido. Ademais, esta intervenção do juiz deve ser efetiva (controlando realmente a legalidade da prisão e liberando imediatamente o detido, se for o caso), sem demora (em curto lapso de tempo, que deve durar apenas alguns poucos dias), assegurando-se que tal apresentação seja pessoal (mesmo sem pedido e inclusive contra a sua vontade). Decorre desta garantia a oportunidade para ser ouvido pessoalmente pelo magistrado. Busca-se, com tal garantia, não apenas assegurar o controle da legalidade da prisão, mas também fiscalizar os direitos do preso e evitar abusos e torturas. Portanto, deflui da Convenção Interamericana a necessidade de uma audiência de custódia, em que deverá ser feito o controle da legalidade da prisão perante o juiz.

A Convenção Americana assegura outros direitos, como o direito de ser informado das razões de sua detenção, *no momento da detenção*, o direito a um recurso simples, rápido e efetivo contra a prisão, direito ao intérprete, direito à assistência por defensor técnico, desde o momento da prisão, e o direito a ser julgado, quando preso, dentro de um prazo razoável.

A disciplina da prisão preventiva, mesmo após a edição da Lei 12.403, ainda se mostra insuficiente para a plena satisfação das garantias da Convenção, sobretudo no tocante à já mencionada audiência de controle da prisão, à cientificação ao imputado de seus direitos, logo no momento da detenção, e à nomeação de um advogado para o detido.

O estudo do direito comparado demonstrou importantes tendências para guiar a interpretação da Lei 12.403 e buscar soluções para seus pontos controvertidos. Os países conferem grande importância ao procedimento de aplicação da prisão preventiva, assegurando, ao menos neste incidente procedimental, uma incidência em maior potência dos princípios da ampla defesa (inclusive defesa técnica) e do contraditório, com a realização de uma audiência de controle da prisão, com o direito de acesso ao advogado desde o início

da detenção, e sua eventual conversão em preventiva. Identificou-se uma tendência em se restringir a atuação do juiz na fase da investigação, embora isto se excepcione no caso de prisão preventiva sancionatória. Neste caso, também as condições de admissibilidade são mais maleáveis. Verificou-se, ainda, que, nada obstante tenha havido diversas medidas liberalizantes, houve tentativas de endurecimento no uso da prisão preventiva, mais ou menos intensas, nos três países analisados. Também o procedimento em caso de revogação e substituição da medida é largamente disciplinado, com grande preocupação com as garantias do imputado. Em todos os países, a detenção para fins de identificação está largamente disciplinada, sem necessidade de ordem judicial.

Buscou-se estabelecer, a partir dos paradigmas internacionais, seja de direito comparado ou convencional, um modelo de prisão preventiva. De início, mostrou-se imprescindível delimitar-se o conceito de privação de liberdade, em razão da importância no estabelecimento de todo plexo de garantias e, sobretudo, para se evitar a chamada “troca de rótulos” ou de “etiquetas”.

A privação de liberdade é uma situação fática - e não jurídica -, que depende para sua caracterização das circunstâncias concretas do caso (tempo, lugar de execução, uso da coação, etc.), e segundo a perspectiva de um observador imparcial. Mostrou-se importante, também, classificar as espécies de prisão existentes no ordenamento, tendo em vista sua finalidade, para tentar apartar-se a prisão cautelar de outras espécies de prisão (como, por exemplo, a prisão para fins de extradição) e verificar as particularidades.

Foram sumariamente analisados os pressupostos (legalidade e a justificação teleológica), assim como requisitos extrínsecos (da judicialidade e motivação) e intrínsecos (adequação, necessidade e proporcionalidade sem sentido estrito) do princípio da proporcionalidade. Verificou-se que a proporcionalidade em sentido estrito exige uma ponderação entre os valores envolvidos, mas que não pode ser feita de maneira asséptica ou matemática.

Tendo em vista a importância política e processual da motivação, sobretudo no tocante à prisão preventiva, buscou-se desenvolver um modelo de motivação analítico, com diversos requisitos. Ademais, importa, para preservar a subsidiariedade da prisão preventiva, que o juiz aponte os motivos pelos quais as medidas menos gravosas não são suficientes, de maneira analítica, da menos para a mais gravosa.

O ônus da prova no tocante à legalidade da prisão e sua proporcionalidade é da acusação. A defesa somente deve contribuir para esclarecer aspectos ligados à identidade, aos vínculos empregatícios e residência e, mesmo assim, com consequências distintas. Não é possível decretar a prisão preventiva apenas pela ausência de comprovação de endereço fixo ou ausência de trabalho, sob pena de se perpetuar a antiga categoria de réus perigosos (no caso, do réu vadio).

O contraditório deve ser exercitado na audiência de controle da detenção, em que se assegure o direito de o imputado ser interrogado, logo após a detenção ou prisão. Esse contraditório é primordialmente argumentativo. Como o detido já é considerado imputado em sentido material, deve lhe ser assegurado o direito de defesa, com defesa técnica.

Em princípio, o juiz, durante as investigações, não deve atuar de ofício, mesmo no caso da prisão em flagrante, sob pena de interferir na estratégia de investigação acusatória, contaminar sua imparcialidade e, ainda, causar restrições indevidas à liberdade do investigado. Somente em caso de descumprimento das medidas anteriormente aplicadas é que o juiz pode atuar de ofício no inquérito. Durante o inquérito, a autoridade policial e o ofendido não podem provocar o juiz diretamente, solicitando a decretação da prisão preventiva, sem a intervenção do MP.

Necessário melhor disciplinar e interpretar o chamado procedimento incidental de liberdade, como forma de garantir e potencializar o respeito aos direitos fundamentais envolvidos, afastando-se a ideia de que a prisão preventiva é decretada em mero incidente do processo de conhecimento. Deve haver a observância de alguns elementos procedimentais essenciais, que assegurem a participação dos envolvidos e os direitos constitucionais.

Após a Lei 12.403, pode-se falar em cinco modelos de prisão preventiva. Esta análise dos diversos modelos da prisão preventiva facilita o seu estudo teórico, bem como permite sua melhor aplicação prática, trazendo equilíbrio entre eficiência e garantismo.

A prisão preventiva originária é o modelo paradigmático.

Por sua vez, a prisão preventiva derivada pressupõe um estado coercitivo anterior (flagrante). Suas condições de admissibilidade são iguais à prisão preventiva originária, não havendo qualquer justificativa para tratamento díspar. Em razão da natureza de subcautela

da prisão em flagrante, deve ser ratificada pelo magistrado. Na prisão em flagrante o MP possui prerrogativa – exercitável apenas *pro libertatis* - de liberar imediatamente o detido. Caso não ocorra, deve haver a audiência de custódia, no prazo de 72 horas, para assegurar o contato do detido com o juiz e o contraditório, especialmente argumentativo. O MP e o defensor devem participar também. Ao final se verifica a legalidade da prisão e se decide sobre a necessidade ou não de conversão da prisão preventiva.

A prisão preventiva esclarecedora é também uma espécie autônoma, vocacionada para auxiliar na identificação do agente, sobretudo para a garantia da aplicação da lei penal e assegurar a instrução criminal. Somente pode ser decretada se houver provas de materialidade e indícios de autoria, mas não há limite mínimo de pena, a não ser que haja previsão de pena privativa de liberdade. Não se destina esta espécie de prisão à investigação da autoria, mas sim a apurar a identidade de uma pessoa já delimitada e apontada como responsável por uma infração penal. Impossível a condução coercitiva do investigado à Delegacia de polícia para identificação sem ordem judicial, a não ser na hipótese de flagrante delito.

A prisão preventiva sancionatória foi criada para dar efetividade a todo o sistema de medidas cautelares e garantir a própria imperatividade das decisões do Poder Judiciário. Possui natureza de *contempt of Court*, com caráter eminentemente sancionatório. Disto decorrem consequências práticas: a) em caso de descumprimento, a adequação deve ocorrer tendo em vista a conduta violadora; b) o juiz pode atuar de ofício mesmo na fase policial; c) é possível a repristinação da prisão preventiva sancionatória, mesmo em caso de relaxamento por excesso de prazo; d) as condições de admissibilidade são mitigadas, sendo possível se afastar o art. 313; e) a estrutura da motivação é diversa. Para que se aplique a prisão preventiva sancionatória, o descumprimento deve ser voluntário e consciente, enquanto a ordem deve ser clara quanto às consequências, assim como passível de cumprimento. Somente deve ser decretada se não for suficiente a substituição ou sua cumulação com outra. Há particularidades no procedimento, sobretudo em relação à possibilidade de ser decretada de ofício, mesmo na fase policial, pela importância do contraditório neste caso (para verificar se havia justificativa para o descumprimento) e a especificidade da motivação (pois focada no descumprimento, nos argumentos apresentados pelo imputado e seu defensor e na necessidade da prisão preventiva).

A prisão preventiva protetiva visa assegurar a execução das medidas de proteção

estabelecidas em favor de pessoas especialmente vulneráveis, no âmbito da violência doméstica. Foi disciplinada em atenção aos compromissos internacionais de proteção assumidos pelo Brasil. Sua natureza é semelhante à sancionatória, mas sua finalidade protetiva se destaca. A justificativa de sua criação é o contexto generalizado de violências e agressões neste cenário de violência doméstica. As medidas de proteção da Lei Maria da Penha foram ampliadas para outras pessoas especialmente protegidas, não apenas a mulher. As condições de admissibilidade foram mitigadas, tendo em vista sua função, sem que se possa falar em inconstitucionalidade. Exige-se maior sensibilidade do magistrado na análise de eventual descumprimento e da medida cabível em substituição, em razão da grande quantidade de situações em que as ameaças se concretizam nesta área. Também em razão de sua função, o juiz pode atuar de ofício na fase do inquérito.

Em síntese, a Lei 12.403 evolui no tema da prisão preventiva em relação à normativa anterior. É certo também que a análise dos modelos estrangeiros e da Convenção Americana enriquece a sua interpretação e aplicação, sobretudo na busca de soluções aos pontos controvertidos. Porém, outros passos precisam ser dados, na constante e difícil busca de equilíbrio entre a eficiência e o garantismo, especialmente na incorporação urgente dos standards já fixados pela Corte Interamericana, que se refletem, também, nas tendências dos países analisados.

BIBLIOGRAFIA

- AHUMADA, Alejandra; FARREN, Diego; WILLIAMSON, Bernardita. Los costos de la prisión preventiva en Chile. In: *Sistemas Judiciales: una perspectiva integral sobre la administración de justicia*. Centro de Estudios de Justicia de las Américas – CEJA, Año 7, Nº 14.
- ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de. *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. 4ª ed. Lisboa: Universidade Católica, 2011.
- ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Simões de. *Medidas cautelares e de polícia do Processo Penal, em Direito Comparado*. Coimbra: Almedina, 2006
- ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes. *Princípios fundamentais do processo penal*. São Paulo: RT, 1973.
- AMBOS, Kai. Lineamentos Europeus para o Processo Penal (alemão). Análise com base na jurisprudência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos (no período 2000-2003). In: AMBOS, Kai. *Processo Penal Europeu. Preservação das garantias individuais (princípios processuais e análise da Convenção Europeia de Direitos Humanos)*. Trad. Marcellus Polastri Lima, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- _____. O Tribunal Europeu de Direitos Humanos e os Direitos processuais. Igualdade de armas, procedimento preliminar participativo e o art. 6 CEDH. In: AMBOS, Kai. *Processo Penal Europeu. Preservação das garantias individuais (princípios processuais e análise da Convenção Europeia de Direitos Humanos)*. Trad. Marcellus Polastri Lima. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- ANTUNES, Maria João. Direito processual penal – “direito constitucional aplicado”. In: MONTE, Mário Ferreira (coord.) *Que futuro para o Direito Processual Penal?* Coimbra: Coimbra Editora, 2009
- ARAÚJO, Luiz Alberto David; JÚNIOR, Vidal Serrano Nunes. *Curso de Direito Constitucional*, 7ª ed., São Paulo: Saraiva, 2003
- ASSIS, Araken de. O contempt of Court no Direito Brasileiro. In: *Revista de Processo*, v. 111. Jul/2003, p. 18. Disponível na RT Online: www.revistadoatribunais.com.br
- AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1958, volumes I e IV.
- ÁVILA, Humberto. *Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos Princípios Jurídicos*. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. A tutela cautelar no processo penal e a restituição de coisa apreendida. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 59, p. 260. Mar/2006. Disponível na RT Online: www.revistadoatribunais.com.br.
- _____. As novas medidas cautelares alternativas à prisão e o alegado poder geral de cautela no processo penal: a impossibilidade de decretação de medidas atípicas. In: *A reforma do Processo Penal*. Revista do Advogado, São Paulo, ano XXXI, n. 113, setembro de 2011.
- _____. *Ônus da Prova no processo penal*. São Paulo: RT, 2003.
- _____. *Parecer sobre audiência de custódia*. Elaborado a pedido do IDDD e da DPU no bojo da ação civil pública nº 8837-91.2014.4.01.3200, proposta pela DPU na Justiça Federal do Amazonas. Disponível em http://iddd.org.br/Parecer_AudienciaCustodia_Badaro.pdf. Acesso em 28.11.2014.
- _____. *Processo Penal*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2012.
- BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy; LOPES JR., Aury. *Direito ao processo penal no*

- prazo razoável*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009
- _____. Medidas Cautelares alternativas à prisão preventiva. Comentários aos artigos 319-350 do CPP, na redação da Lei 12.403/2011. In: FERNANDES, OG (coord). *Medidas cautelares no processo penal: prisões e suas alternativas: comentários à Lei 12.403, de 04.05.2011*. São Paulo: RT, 2011.
- _____. Ônus da prova no *habeas corpus*: *in dubio pro libertate*. In: PRADO, Geraldo; MALAN, Diogo (Coords). *Processo Penal e Democracia: Estudos em Homenagem aos 20 Anos da Constituição da República de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- _____. Prisão em flagrante delito e liberdade provisória no Código de Processo Penal: origens, mudanças e futuros de complicado relacionamento. In: MALAN, Diogo; MIRZA, Flávio (Org.). *Setenta Anos do Código de Processo Penal Brasileiro: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. Disponível em http://www.badaroadvogados.com.br/?page_id=36. Acesso em 25.09.2014.
- BADARÓ, Ramagem. *Introdução ao Estudo das 3 Escolas Penais*. 2ª ed. São Paulo: Juriscredi, 1973.
- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria geral do processo constitucional. In: *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, vol. 62, p. 135. Jan/2008. Disponível na RT Online (www.revistadoatribunais.com.br).
- BARONA VILAR, Silvia. Prisión provisional: “solo” una medida cautelar (Reflexiones ante la doctrina del TEDH y del TC, en especial de la STC 46/2000, de 17 de febrero). In: *Actualidad Penal*. N. 42. 13 al 19 de noviembre de 2000.
- BARROS, Romeu Pires de Campos. O processo penal cautelar. In: *Revista de Processo*, vol. 2, p. 220. Abr/1976. Disponível na RT Online: www.revistadoatribunais.com.br.
- _____. *Processo Penal Cautelar*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1982.
- BARTOLE, Sergio, CONFORTI, Benedetto, RAIMONDI, Guido. *Commentario a la Convenzione Europea per la tutela dei diritti dell’uomo e delle libertà fondamentali*. Padua: CEDAM, 2001.
- BATISTA, Weber Martins. *Liberdade provisória: modificações da Lei nº 6.416, de 24 e maio de 1977*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1981.
- BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização)*. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- BEDUSCHI, Carlo. *Tipicità e diritto: contributo allo Studio della razionalità giuridica*. Padova: CEDAM, 1992
- BELEZA, Teresa Pizarro. Prisão preventiva e direitos do arguido. In: MONTE, Mário Ferreira (coord.) *Que futuro para o Direito Processual Penal?* Coimbra: Coimbra Editora, 2009
- BELTRAME, José Mariano. “Furto não dá cadeira; a sociedade deve saber”: entrevista. O Estado de S. Paulo. Metrópole, A28, 7 de dezembro de 2014.
- BIANCHINI, Alice. Impacto da prisão na Lei Maria da Penha. In: GOMES, Luiz Flávio; Ivan Luís Marques (coord.). *Prisão e medidas cautelares: comentários à Lei 12.403, de 4 de maio de 2011*. 2ª ed. São Paulo: RT, 2011.
- BICUDO, Hélio Pereira. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 10ª ed., 2002.
- BIGLIANI, Paola; BOVINO, Alberto. *Encarcelamiento preventivo y estándares del sistema interamericano*. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2008
- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão. Causas e alternativas*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001
- BORGES DE ROSA, Inocencio. *Processo Penal Brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942, v. II.

- BOTTINI, Pierpaolo Cruz. *Medidas cautelares penais (lei 12.403/11) - Novas regras para a prisão preventiva e outras polêmicas*. Disponível em <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI136905,31047-Medidas+cautelares+penais+lei+1240311+Novas+regras+para+a+prisao>. Acesso em 21.10.2014.
- _____. Medidas Cautelares. In: MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (coord.). *As Reformas no Processo Penal: as Novas Leis de 2008 e os Projetos de Reforma*. São Paulo: RT, 2008.
- BRONZO, Pasquale. Tutela cautelare e “Giusto processo” [art. 11 e 12 L. 63/2011]. In: LATTANZI, Giorgio (org.). *Guida alla riforma del giusto processo. Lo stato della giurisprudenza e della dottrina*. Giuffrè: Milano, 2002
- CABETTE, Eduardo Luiz Santos. *Lei 12.403 Comentada. Medidas cautelares, prisões provisórias e Liberdade Provisória*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2013.
- CABRAL, Antonio do Passo. *Nulidades no processo moderno: contraditório, proteção da confiança e validade prima facie dos atos processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2009
- CALAMANDREI, Piero. *Introdução ao Estudo Sistemático dos procedimentos cautelares*. Trad.: Carla Roberta Andreasi Bassi. Servanda: Campinas, 2000.
- CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital. *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4ª ed. revista, Coimbra: Coimbra Editora, 2007, v. I.
- _____. Constituição e Défice procedimental. In: *Estudos sobre direitos fundamentais*. Coimbra: Coimbra Editora, 2004
- _____. O ónus da prova na jurisdição das liberdades. Para uma teoria do direito constitucional à prova. In: *Estudos sobre direitos fundamentais*. Coimbra: Coimbra Editora, 2004
- CAPEZ, Fernando. *A Lei 12.403/2011 e as polêmicas prisões provisórias*. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2011-jun-29/consideracoes-sobra-lei-124032011-prisao-provisoria-polemicas>. Acesso em 30.09.2014.
- CAPRIOLI, Francesco. Indagini preliminari e udienza preliminare. In: CONSO, Giovanni; GREVI, Vittorio. *Compendio di procedura penale*. 5ª ed, CEDAM: Padova, 2010
- CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 1995.
- Corte Interamericana de Derechos Humanos. *Análisis de la Jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos en Materia de Integridad Personal y Privación de Libertad: Artículos 7 y 5 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos*. Corte Interamericana de Derechos Humanos. San José, C.R.: Corte IDH, 2010.
- Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, v. I. Brasília: CNV, 2014.
- CORDERO, Franco. *Procedura penal*. 8ª ed. Milão: Giuffrè, 2006.
- COSTA, Domingos Barroso da; PACELLI, Eugênio. *Prisão Preventiva e liberdade provisória: a reforma da Lei 12.403/11*. São Paulo: Atlas, 2013.
- CRUZ, Rogério Schietti Machado. *Garantias processuais nos recursos criminais*. São Paulo: Atlas, 2002
- _____. *Prisão Cautelar: dramas, princípios e alternativas*. 2ª ed., rev., ampl. e atualizada de acordo com a Lei 12.403/11. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- CUNHA, Rogério Sanches. In: GOMES, Luiz Flávio; Ivan Luís Marques (coord.). *Prisão e medidas cautelares: comentários à Lei 12.403, de 4 de maio de 2011*. 2ª ed. São Paulo: RT, 2011.
- CHERCHI, Bruno. Le esigenze cautelari: le valutazioni dell'accusa e la richiesta della misura cautelare. In: RANDAZZO, Ettore (coord). *La carcerazione preventiva*.

- Milano: Giuffrè Editore, 2012
- CHIAVVARIO, Mario. Art. 6 – Diritto ad un processo equo. In: BARTOLE, Sergio; CONFORTI, Benedetto; RAIMONDI, Guido (org.). *Commentario alla Convenzione Europea per la tutela dei diritti dell'uomo e delle libertà fondamentali*. Padova: Cedam, 2001
- _____. *Diritto Processuale Penale: profilo istituzionale*. 5ª ed. Torino: Utet, 2012.
- _____. La presunzione di innocenza nella giurisprudenza della Corte Europea dei Diritti dell'Uomo. In: *Studi in Ricordo di Giandomenico Pisapia*. Milano: Giuffrè, 2000, v. II.
- _____. Libertà personale e processo penale. In: *L'Indice Penale*. v. 21, n. 2, mai./ago., 1987.
- _____. O processo penal na Itália. In: DELMAS-MARTY, Mireille (org). *Processo penal e direitos do homem: rumo à consciência europeia*. Tradução Fernando de Freitas Franco. Barueri: Manole, 2004
- _____. *Processo e garanzie della persona*, 2ª ed., Milano: Giuffrè Editore, 1982, t. II
- CHOUKR, Fauzi Hassan. *Garantias constitucionais na investigação criminal*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006
- _____. *Medidas cautelares e prisão processual. Comentários à Lei 12.403*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- DA SILVA, Luís Virgílio Afonso. *O proporcional e o razoável*. In: *Revista dos Tribunais*, ano 91, nº 798, abril de 2002
- DE LUCA, Giuseppe. *Lineamenti della tutela cautelare penale. La carcerazione preventiva*. Padova: CEDAM, 1953.
- DEL CARMEN, Rolando V. *Criminal Procedure: Law and Practice*, Eighth Edition. Wadsworth: Belmont 2010
- DELMAS-MARTY, Mireille. À origem destes trabalhos... In: DELMAS-MARTY, Mireille (org). *Processo penal e direitos do homem: rumo à consciência europeia*. Tradução Fernando de Freitas Franco. Barueri: Manole, 2004.
- DEZEM, Guilherme Madeira Dezem. *Da prova penal. Tipo processual, provas típicas e atípicas*. Campinas: Millenium, 2008
- _____. *Medidas cautelares pessoais: primeiras reflexões*. In: *Boletim IBCCRIM*, nº 223, Junho/2011.
- DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito Processual Penal*. 1ª ed. 1974. Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 1994.
- DUCE J., Maurício; RIEGO, R., Cristián. *Proceso Penal*. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 2007
- _____. *Mirando Alrededor de la Puerta Giratoria*, El Mostrador, 10 de julho de 2006. Disponível em <http://www.elmostrador.cl/opinion/2006/07/10/mirando-alrededor-de-la-puerta-giratoria/>. Acesso em 14 de fevereiro de 2013
- ENCINAR DEL POZO, Miguel Ángel. La doctrina del Tribunal Europeo de Derechos Humanos sobre el derecho a la libertad. In: *Derecho Penal Europeo. Jurisprudencia del TEDH. Sistemas Penales Europeos*. Madrid: Consejo General del Poder Judicial, Estudios de Derecho Judicial, n. 155-2009.
- ESPÍNOLA FILHO, Eduardo. *Código de Processo Penal anotado*, v. III. Campinas: Bookseller, 2000.
- FELDENS, Luciano. *Direitos fundamentais e direito penal: garantismo, deveres de proteção, princípio da proporcionalidade, jurisprudência constitucional penal, jurisprudência dos tribunais de direitos humanos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

- FERNANDES, Antonio Scarance. A fiança criminal e a Constituição Federal. In: *Revista dos Tribunais* n. 670/254. Agosto/2001. Disponível na RT Online: www.revistadostribunais.com.br
- _____. *A reação defensiva à imputação*. São Paulo: RT, 2002.
- _____. Efetividade, processo penal e dignidade humana. In: MIRANDA, Jorge; SILVA, Marco Antonio Marques da (Coord.). *Tratado luso-brasileiro da dignidade humana*. 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009
- _____. Funções e limites da prisão processual. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 64/269, janeiro de 2007. Disponível na RT Online: www.revistadostribunais.com.br.
- _____. Funções e limites da prisão processual. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 64/269, janeiro de 2007. Disponível em Revista dos Tribunais Online
- _____. *Incidente processual: questão incidental, procedimento incidental*. São Paulo: RT, 1991.
- _____. Medidas cautelares. In: *Boletim IBCCRIM*, nº 224. Julho/2011.
- _____. O direito processual penal brasileiro em face da Declaração Universal dos Direitos do Homem. *Juízes para a Democracia*. n. 15, v. 4, 1998
- _____. O Direito Processual Penal Internacional. In: FERNANDES, Antonio Scarance; ZILLI, Marcos Alexandre Coelho (coord.). *Direito processual penal internacional*. São Paulo: Atlas, 2013.
- _____. *O papel da vítima no processo penal*. São Paulo: Malheiros, 1995.
- _____. *Prejudicialidade: conceito, natureza jurídica, espécies de prejudiciais*. São Paulo: RT, 1988.
- _____. *Prisão temporária e fermo: estudo comparativo*. In: Fascículos de Ciências Penais/ano: 1992, vol. 5, núm. 3
- _____. Reflexões sobre as noções de eficiência e de garantismo no processo penal. In: FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião; MORAES, Maurício Zanoide de (coord.). *Sigilo no processo penal: eficiência e garantismo*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2008
- _____. *Teoria geral do procedimento e o procedimento no processo penal*. São Paulo: RT, 2005
- FERNANDES, Márcia; LEMGRUBER, Julieta. *Impacto da assistência jurídica a presos provisórios: um experimento na cidade do Rio de Janeiro*. Associação pela Reforma Prisional (ARP), 2011.
- FERNANDES, Og (coord). *Medidas cautelares no processo penal: prisões e suas alternativas: comentários à Lei 12.403, de 04.05.2011*. São Paulo: RT, 2011.
- _____. Constituição, Processo e Prisão: Comentários aos artigos 283 a 310 do CPP, na redação da Lei 12.403/2011. In: FERNANDES, Og (coord). *Medidas cautelares no processo penal: prisões e suas alternativas: comentários à Lei 12.403, de 04.05.2011*. São Paulo: RT, 2011.
- FERRAJOLI, Luigi. *Derecho y razón. Teoria del garantismo penal*. 9º ed. Madrid: Trotta, 2009.
- FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. *Processos informais de mudança da Constituição: mutações constitucionais e mutações inconstitucionais*. São Paulo. Max Limonad, 1986.
- FISHER, Douglas. PACELLI, Eugênio. *Comentários ao Código de Processo Penal e Sua Jurisprudência*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2014
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. *A nova Lei de Segurança Nacional*. Disponível em http://www.fragoso.com.br/ptbr/arq_pdf/heleno_artigos/arquivo32.pdf. Acesso em 24.09.2014

- GARCIA FALCONÍ, Ramiro. J. Presunción de inocencia y Prisión preventiva. In: AMBOS, Kai; GARCIA FALCONÍ, Ramiro. (Org). *Temas Fundamentales del Derecho Procesal Penal*. Quito: Cevallos Editora Jurídica, 2011, Tomo I.
- GARCIA, Basileu. *Comentários ao Código de Processo penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1945, v. III.
- GIMENES, Marta Cristina Cury Saad. *As medidas assecuratórias do Código de Processo Penal como forma de Tutela Cautelar destinada à reparação do dano causado pelo delito*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Direito da USP, 2007
- GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *A motivação das decisões penais*. 2ª ed., revista e atualizada. São Paulo: RT, 2013.
- _____. Medidas Cautelares e Princípios Constitucionais: comentários ao art. 282 do CPP, na redação da Lei 12.403/2011. In: FERNANDES, OG (coord). *Medidas cautelares no processo penal: prisões e suas alternativas: comentários à Lei 12.403, de 04.05.2011*. São Paulo: RT, 2011.
- _____. O princípio da presunção de inocência na Constituição de 1988 e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos. In: *Revista do Advogado*, n. 42.
- _____. *Presunção de inocência e prisão cautelar*. São Paulo: Saraiva, 1991.
- GOMES, Luiz Flávio. In: GOMES, Luiz Flávio; Ivan Luís Marques (coord.). *Prisão e medidas cautelares: comentários à Lei 12.403, de 4 de maio de 2011*. 2ª ed. São Paulo: RT, 2011.
- GONÇALVES, Fernando; ALVES, João Manuel. *As medidas de coacção no processo penal português*. Coimbra: Almedina, 2011
- GONÇALVES, Manuel Lopes Maia. *Código de Processo Penal Anotado*. 17ª ed. Coimbra: Almedina, 2009
- GONZÁLEZ, Juan Carlos Marín. Las Medidas Cautelares Personales en el nuevo Código Procesal Penal chileno. In: REJ – Revista de Estudios de la Justicia – Nº 1 – Año 2002
- GREVI, Vittorio. *Libertà personale dell'imputato*, in *Enciclopedia del diritto*, vol. XXIV, Milano 1974.
- _____. Misure Cautelari. In: CONSO, Giovanni; GREVI, Vittorio. *Compendio di procedura penale*. 5ª ed, CEDAM: Padova, 2010.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. A iniciativa instrutória do juiz no processo penal acusatório. In: *O processo. Estudos & pareceres*. 2ª ed. São Paulo: DPJ Editora, 2009
- _____. A reforma do Código de Processo Penal. *Revista IBCCRIM* nº 31/2000.
- _____. Ada Pellegrini. Aspectos do novo processo penal na América Latina. In: *O processo. Estudos & Pareceres*. 2ª ed. São Paulo: DPJ Editora, 2009.
- _____. Defesa, contraditório, igualdade e “par condicio” na ótica do processo de estrutura cooperatória. In: *Novas Tendências do Direito Processual*. São Paulo: Forense Universitária, 1990
- _____. Paixão e morte do *contempt of court brasileiro*. In: *O processo. Estudos & Pareceres*. 2ª ed. São Paulo: DPJ Editora, 2009
- _____. ; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *As nulidades no processo penal*. 6ª ed., 4ª tir. São Paulo: RT, 2000.
- _____. O crime organizado no sistema italiano. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 12, p. 76, Out/1995, Disponível em RT Online: www.revistadostribunais.com.br.
- GUÉRY, Christian. *Détention provisoire*. Paris: Dalloz, 2001
- HINKELAMMERT, Franz J. La Inversión de los Derechos Humanos: el Caso de John Locke. In: FLORES, Joaquín Herrera (ed.). *El Vuelo de Anteo: Derechos Humanos y Crítica de la Razón Liberal*, Bilbao: Desclee de Brouwer, 2000

- IOKOI, Pedro Ivo Gricoli. *Prisão preventiva e princípio da proporcionalidade*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- ISASCA, Frederico. A prisão preventiva e restantes medidas de coação. In: PALMA, Maria Fernanda (coord). *Jornadas de direito processual penal e direitos fundamentais*. Coimbra: Almedina, 2004.
- JARDIM, Afrânio Silva. *Direito processual penal*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002
- JÚNIOR, Goffredo Telles. *Iniciação na ciência do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2001
- JUNIOR, João Mendes de Almeida. *O processo criminal brasileiro*. 4ª ed. São Paulo: Freitas Bastos, 1959, v. I.
- JUNIOR, João Mendes de Almeida. *O processo criminal brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Typologia Baptista de Souza, 1920
- JUNIOR, Tercio Sampaio Ferraz. *Introdução ao estudo do Direito. Técnica, Decisão, Dominação*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1996
- LA REGINA, Katia. *L'udienza di convalida dell'arresto in flagranza o del fermo. Dal genus alla species*. Milano: CEDAM, 2011
- LACERDA, Galeno. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994, v. VIII, t. I.
- LARONGA, Antonio. *L'art. 275, co. 2º-bis, c.p.p.: una nuova preclusione all'impiego della custodia cautelare in carcere*. Disponível em http://www.questionegiustizia.it/articolo/l-art-275-co-2-bis-c-p-p-una-nuova-preclusione-all-impiego-della-custodia-cautelare-in-carcere_06-10-2014.php#_ftnref13. Acesso em 14.10.2014.
- LENNON, Maria Ines Horvitz; MASLE, Julian Lopez. *Derecho procesal penal chileno*. Santiago: Editorial Juridica de Chile, 2002, tomo I.
- LIMA, Marco Antônio Ferreira. NOGUEIRA, Ranieiri Ferraz. *Prisões e medidas liberatórias*. São Paulo: Atlas, 2011.
- LIMA, Renato Brasileiro de. *Nova prisão cautelar: doutrina, jurisprudência e prática*. Niterói: Impetus, 2011
- LOPES JR., Aury. A inserção do contraditório no regime jurídico das medidas cautelares pessoais. In: *Boletim IBCCRIM*, nº 223, Junho/2011.
- _____. *O novo regime jurídico da prisão processual, liberdade provisória e medidas cautelares diversas: Lei 12.403/2011*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- _____. GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. *Investigação preliminar no processo penal*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013
- _____. BADARO, Gustavo Henrique Righi Ivahy; *Direito ao processo penal no prazo razoável*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009
- LYRA, Roberto. *Novíssimas Escolas Penais. Síntese das ideias do passado. Análise das propostas do presente. Perspectivas das realidades do futuro*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1956.
- MAIER, Julio B. *Derecho procesal penal*. 2. ed. 3.ª reimpressão. Buenos Aires: Del Puerto, 2004, t. I.
- MALTA, Tostes. *Da prisão preventiva (doutrina – legislação – jurisprudência)*. São Paulo: Saraiva, 1935.
- MARÍN GONZÁLEZ, Juan Carlos. Las medidas cautelares personales en el nuevo Código Procesal Penal Chileno. In: *REJ – Revista de Estudios de la Justicia* – Nº 1 – Año 2002.
- MARQUES, José Frederico. Da condução coercitiva do indiciado nas investigações policiais. In: *Estudos de Direito Processual Penal*. 2ª ed. Campinas: Millennium, 2001
- _____. Da prisão no Direito Brasileiro. In: *Estudos de Direito Processual Penal*. 2ª ed.

- Campinas: Millennium, 2001.
- _____. *Elementos de direito processual penal*. Campinas: Bookseller, 1997, v. I, II e IV.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999
- MENDONÇA, Andrey Borges de. *Nova reforma do Código de Processo Penal: comentada artigo por artigo*. 2ª ed. São Paulo: MÉTODO, 2009.
- _____. *Prisão e outras medidas cautelares pessoais*. Forense: São Paulo, 2011.
- _____; CARVALHO, Paulo Roberto Galvão de. *Lei de drogas: Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Comentada artigo por artigo*. 3ª ed. São Paulo: Método, 2012.
- _____. *O direito à memória: uma análise de seu conteúdo e efetividade no contexto brasileiro*. Tese de Mestrado apresentada perante a Universidade Pablo de Olavide, em Sevilha, na Espanha, 2009.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. *Processo Penal*. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2006
- MORAES, Maurício Zanoide de. Análise judicial da prisão em flagrante: por uma abordagem sistêmico-constitucional. In: *A reforma do Processo Penal*. Revista do Advogado, ano XXXI, n. 113, Setembro de 2011, São Paulo,
- _____. *Presunção de inocência no processo penal brasileiro: análise de sua estrutura normativa para a elaboração legislativa e para a decisão judicial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- _____. Publicidade e proporcionalidade na persecução penal brasileira. In: FERNANDES, Antonio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião; MORAES, Maurício Zanoide de (coord.). *Sigilo no processo penal: eficiência e garantismo*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2008
- MOREIRA, Rômulo de Andrade. *A prisão processual, a fiança, a liberdade provisória e as demais medidas cautelares*. Comentários à Lei 12.403/2011. Porto Alegre: Lex Magister, 2011.
- MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis Moura; MORAES, Maurício Zanoide de. *Direito ao silêncio no interrogatório*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, vol. 6, p. 133. Abr/1994. Disponível em RT Online: www.revistadostribunais.com.br.
- NETO, Francisco Sannini. *Espécies de prisão preventiva e a lei 12.403/2011*. Disponível em <http://franciscosannini.jusbrasil.com.br/artigos/121943692/especies-de-prisao-preventiva-e-a-lei-12403-2011>. Acesso em 30.09.2014.
- NICOLITT, André Luiz. *Lei 12.403/2011: o novo processo penal cautelar, a prisão e as demais medidas cautelares*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Prisão e liberdade: de acordo com a Lei 12.403/2011*. 3ª ed. São Paulo: RT, 2013.
- NUÑES VASQUEZ, J. Cristobal. *Tratado del proceso penal y del juicio oral. Introducción al estudio del proceso penal*. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 2001, t. I.
- ONU. *Direitos Humanos e Prisão Preventiva. Manual de normas internacionais sobre prisão preventiva*. Série de Formação profissional nº 3. Centro para os Direitos Humanos Departamento de Prevenção do Crime e Justiça Penal, 2007.
- ORELLANA TORRES, Fernando. *Manual de Derecho Procesal*. Santiago: Librotecnia, 2009, t. V.
- ORELLANA, Edison. La primacía de la persecución penal: reflexiones sobre la prisión preventiva tras las modificaciones introducidas al Código Procesal Penal por la Ley 20.253 (“agenda corta antidelincuencia”). In: *Derecho y Humanidades*, Nº 16 vol. 1, 2010
- PACELLI, Eugênio. *Curso de Processo Penal*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010
- _____. *Curso de Processo Penal*. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- PANGALLO, Giovanna Giulia. *L'arresto e il fermo. Le misure precautelari e il*

- procedimento di convalida*. Forlì: Experta, 2007
- PANGALLO, Giovanna Giulia. *Le misure cautelari personali (coercitive e interdittive), reali (sequestro conservativo e preventivo), impugnazioni (riesame, appello e ricorso per cassazione)*. Forlì: Experta, 2007
- PERELLÓ DEMENECH, Isabel. El derecho a ser informado de la acusación. In GARCÍA ROCA, Javier; SANTOLAYA, Pablo (coord). *La Europa de los Derechos: El Convenio Europeo de Derechos Humanos*. 2ª ed. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales: Madrid, 2009
- PINHEIRO, Rui; MAURÍCIO, Artur. *A Constituição e o processo penal*. 1ª ed. 1976. Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.
- PIOVESAN, Flávia. *A força integradora e catalizadora do sistema americano de proteção dos Direitos Humanos: desafios para a pavimentação de um constitucionalismo regional*. Mimeo. Documento apresentado por ocasião do simpósio “La Justicia constitucional: prolegómeno de un Ius Constitutionale Commune in America Latina”, no Max-Planck-Institute for Comparative Public Law and International Law, em Heidelberg, em 18 e 19 de novembro de 2009.
- _____. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2006
- PISANI, Andrea Proto. *Diritto Processuale civile*. 3ª ed. Napoli: Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, 1999.
- PISANI, Mario. Art. 5 – Diritto alla libertà e sicurezza. In: BARTOLE, Sergio, CONFORTI, Benedetto, RAIMONDI, Guido. *Commentario a la Convenzione Europea per la tutela dei diritti dell’uomo e delle libertà fondamentali*, CEDAM: Padua, 2001.
- PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes Pitombo. A identificação processual penal e a Constituição de 1988. In: *Revista dos Tribunais*, vol. 635, p. 172. Set/1988. Disponível na RT Online: www.revistadostribunais.com.br.
- _____. Inquérito policial: exercício do direito de defesa. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, São Paulo, ano 7, n. 83, out. 1999
- _____. *Breves notas em torno da coação processual penal*. Disponível em www.sergio.pitombo.nom.br
- LIMA, Marcellus Polastri. *A tutela cautelar no processo penal*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- LIMA, Marcellus Polastri. *Da prisão e da liberdade provisória (e demais medidas cautelares substitutivas da prisão) na Reforma de 2011 do Código de Processo Penal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- PORTILLA CONTRERAS, Guillermo. Derecho a la libertad y a la seguridad. In: MONEREO ATIENZA, Cristina; MONEREO PÉREZ, José Luis. *La Europa de los derechos: estudio sistemático de la carta de los derechos fundamentales de la Unión Europea*. Editorial Comares: Granada, 2012.
- PORTO, Walter Costa. *Constituições Brasileiras: 1937*. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos, 2001
- PRADO, Geraldo. Excepcionalidade da prisão provisória: Comentários aos artigos 311-318 do CPP, na redação da Lei 12.403/2011. FERNANDES, Og (coord). *Medidas cautelares no processo penal: prisões e suas alternativas: comentários à Lei 12.403, de 04.05.2011*. São Paulo: RT, 2011.
- RAMOS, André de Carvalho. *Direitos Humanos em Juízo. Comentários aos casos contenciosos e consultivos da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. São Paulo: Max Limonad, 2001.
- _____. *Processo Internacional de Direitos Humanos*. 2ª ed. Saraiva: São Paulo, 2012.
- _____. O Diálogo das Cortes: o Supremo Tribunal Federal e a Corte Interamericana de

- Direitos Humanos. In: JUNIOR, Alberto Amaral. *O STF e o Direito Internacional dos Direitos Humanos*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
- _____. *Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2012
- _____. Crimes da ditadura militar: a ADPF 153 e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valério de Oliveira (org.). *Crimes da ditadura militar: Uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. São Paulo: RT, 2011.
- RAMOS, César. Control de identidad. Bases para una aplicación diferenciada del artículo 85 del Código Procesal Penal. In: FUENTES M., Claudio. *Diez años de la reforma procesal penal en Chile*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2011
- RAMOS, João Gualberto Garcez. *A tutela de urgência no processo penal brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.
- REALE, Miguel. *Lições preliminares de Direito*. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003
- REMOTTI CARBONEL, José Carlos. *La Corte Interamericana de Derechos Humanos: estructura, funcionamiento y jurisprudência*. Barcelona: Instituto Europeo de Derecho, 2003.
- RETAMALES, Alberto Balbontín. La prisión preventiva en el Código Procesal Penal chileno ¿Un intento de coherencia fallido? In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 18, n. 85, p. 411/446, jul/ago. 2010. Disponível na RT Online: www.revistadoatribunais.com.br.
- RIEGO, Cristián. Una nueva agenda para la prisión preventiva en América Latina. In: *Sistemas Judiciales: una perspectiva integral sobre la administración de justicia*. Centro de Estudios de Justicia de las Américas – CEJA, Año 7, Nº 14.
- _____; DUCE, Mauricio. La prisión preventiva en Chile: el impacto de la reforma procesal penal y de sus cambios posteriores. In: RIEGO, Cristián; DUCE, Mauricio (directores). *Prisión Preventiva y Reforma Procesal Penal en América Latina: Evaluación y Perspectivas*. Centro de Estudios de Justicia de las Américas, 2009.
- ROCHA, João Luís de Moraes. *Ordem pública e liberdade individual. Um estudo sobre a prisão preventiva*. Coimbra: Almedina, 2005
- SAAD, Marta. *O direito de defesa no inquérito policial*. São Paulo: RT, 2005.
- SANDERS, Andrew; YOUNG, Richard; BURTON, Mandy. *Criminal Justice*. Fourth Edition. Oxford: Oxford University Press, 2010
- SANTOS, Marcos Paulo Dutra. *O novo processo penal cautelar*. Salvador: Juspodivm, 2011.
- SARAIVA, Wellington Cabral. Legitimidade Exclusiva do Ministério Público para o Processo Penal Cautelar. In: CALABRICH, Bruno. FISHER, Douglas; PELLELA, Eduardo. *Garantismo Penal Integral*. Salvador: JusPodivm, 2010.
- SERRANO, Nicolas Gonzalez-Cuellar. *Proporcionalidad y derechos fundamentales en el proceso penal*. Madrid: Editorial Colex, 1990.
- SILVA, Germano Marques da. *Curso de Processo Penal*. 3ª ed. Lisboa: Editora Verbo, 2002, v. II e v. III.
- SILVA, Ovídio A. Baptista. *A ação cautelar inominada no direito brasileiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992
- SILVA, Virgílio Afonso da. *Direitos Fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*. 2ª ed., São Paulo: Malheiros, 2011.
- SIRAGUSA, Marco. Strategie difensive. Il doppi binario e le peculiarità del procedimento de libertate. In: RANDAZZO, Ettore (coord). *La carcerazione preventiva*. Milano: Giuffrè Editore, 2012.
- SOBRINHO, Mário Sérgio. *A identificação criminal*. São Paulo: RT, 2003.

- STEINER, Sylvia Helena de Figueiredo. *A convenção americana: sobre direitos humanos e sua integração no processo penal brasileiro*. São Paulo: RT, 2000.
- SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. *Prisão preventiva para garantir execução de medida protetiva de urgência nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher*. Disponível em <http://www.arcos.org.br/artigos/prisao-preventiva-para-garantir-execucao-de-medida-protetiva-de-urgencia-nos-casos-de-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher/>. Acesso em 30.09.2014
- TAORMINA, Carlos. *Diritto Processuale penale*. G. Giappichelli editore: Torino, 1995, v. I.
- TIBURCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto. Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro. *Revista dos Tribunais*. Vol. 787, p. 437. Mai/2001. Disponível na RT Online (www.revistadotribunais.com.br)
- TONINI, Paolo. *Manuale di procedura penale*. 30ª ed. Milano: Giuffrè, 2012
- TORNAGHI, Hélio. *Instituições de processo penal*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1978, v. II e III.
- _____. *Manual de Processo Penal (Prisão e Liberdade)*. São Paulo: Freitas Bastos, 1963, v. II.
- TRECHSEL, Stefan. *Human Rights in Criminal Proceedings*. New York: Oxford, 2005
- TUCCI, Rogério Lauria. *Direitos e Garantias individuais no processo penal brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: RT, 2009
- _____. Seqüestro prévio e seqüestro no CPC. Distinção. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 5, p. 137. Jan/1994. Disponível na RT Online: www.revistadotribunais.com.br.
- UBERTIS, Giulio. “Nemo tenetur se detegere” e dialettica probatoria. In: *Verso um ‘giusto processo’ penale*. G. Torino: Giappichelli Editore.
- _____. Il contraddittorio nella formazione della prova penale. In: YARSHELL, Flávio Luiz e MORAES, Maurício Zanoide (orgs.). *Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DPJ Editora, 2005
- _____. La presunzione d’innocenza. In: *Principi di procedura penale europea*. Le regole del giusto processo. 2ª ed. Milão: Raffaello Cortina Editore, 2009
- _____. Modelli processual e giusto processo. In: *Principi di procedura penale europea*. Le regole del giusto processo. 2ª ed. Milão: Raffaello Cortina Editore, 2009
- _____. *Principi di procedura penale europea*. Le regole del giusto processo. Seconda edizione. Milano: Raffaello Cortina, 2009
- VIEIRA, Octaviano. *Fiança criminal*. 3ª ed. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1924
- VILARES, Fernanda Regina. *Processo penal: reserva de jurisdição e CPI’s*. São Paulo: Ônix Jur, 2012.
- VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. O pressuposto, o requisito e a condição na Teoria Geral do Direito e no Direito Público. In: *Revista de Informação Legislativa*. Abril a junho de 1974
- WATANABE, Kazuo. *Da cognição no Processo Civil*. 2ª ed., Campinas: Bookseller, 2000
- WEIS, Carlos; FRAGOSO, Nathalie. *Apresentação do preso em juízo. Estudo de Direito Comparado para subsidiar o PLS 554/2011*. Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2012. Disponível em <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/31/Documentos/DIREITO%20COMPARADO%20-%20Prazo%20para%20apresenta%C3%A7%C3%A3o%20do%20preso%20em%20ju%C3%ADzo.pdf>. Acesso em 24 de outubro de 2012
- _____. *Estudo sobre a obrigatoriedade de apresentação imediata da Pessoa presa ao juiz: comparativo entre as previsões dos Tratados de Direitos Humanos e do projeto de*

Código de Processo Penal. Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2011.
ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. *A iniciativa instrutória do Juiz no processo penal*. São Paulo: RT, 2003

Relatórios

Anistia Internacional. *Torture in 2014: 30 Years of Broken Promises*. Maio de 2014
Disponível em
<http://www.amnesty.org/en/library/asset/ACT40/004/2014/en/96fde57f-61d9-487b-90dc-7da21c6c505d/act400042014en.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2014.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Informe sobre el uso de la prisión preventiva en las Américas*. Washington: Dezembro de 2013. Disponível em
<http://www.oas.org/es/cidh/ppl/informes/pdfs/informe-pp-2013-es.pdf>. Acesso em 16.10.2014.

Fundação Perseu Abramo; SESC. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. Pesquisa de opinião pública realizada em 2010, publicado em Agosto de 2010.
Disponível em
<http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>. Acesso em 30.09.2014.

ONU. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. *Protocolo de Istambul. Manual para a investigação e documentação eficazes da tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes*. Nações Unidas: Nova Iorque e Genebra, 2001

Comitê de Ministros da Europa. *Recommendation Rec(2006)13 of the Committee of Ministers to member states on the use of remand in custody, the conditions in which it takes place and the provision of safeguards against abuse*. Adopted by the Committee of Ministers on 27 September 2006 at the 974th meeting of the Ministers' Deputies)

Informe de la Reunión de Expertos de Alto Nivel sobre la revisión de las Reglas Mínimas de las Naciones Unidas para el Tratamiento de los Reclusos, celebrada en Santo Domingo del 3 al 5 de Agosto del 2011. Disponível em
http://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Reports/Report_High_Level_EGM_Santo_Domingo_3-5_August_2011_Spanish.pdf. Acesso em 16.10.2014

Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Caso "Instituto de Reeduación del Menor" vs. Paraguai. Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 2 de setembro de 2004. Série C No. 112

Caso "Cinco Pensionistas" vs. Peru, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 28 de fevereiro de 2003. Série C No. 98

Caso "Cinco Pensionistas" vs. Peru, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 28 de fevereiro de 2003. Série C No. 98

Caso Acosta Calderón vs. Equador. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 24 de junho de 2005. Serie C No. 129

Caso Anzualdo Castro vs. Peru. Exceção Preliminar, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 22 de Setembro de 2009. Serie C No. 202.

Caso Baena Ricardo y otros vs. Panamá. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 2 de fevereiro de 2001. Série C No. 72,

Caso Bámaca Velásquez vs. Guatemala. Fundo. Sentença de 25 de novembro de 2000. Serie

C No. 70.

- Caso Bámaca Velásquez vs. Guatemala. Reparações e Custas. Sentença de 22 de fevereiro de 2002. Série C No. 91.
- Caso Barreto Leiva vs. Venezuela. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 17 de novembro de 2009. Série C No. 206
- Caso Bayarri vs. Argentina. Exceção Preliminar, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 30 de outubro de 2008
- Caso Bulacio vs. Argentina. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 18 de Setembro de 2003. Série C No. 100
- Caso Cabrera García y Montiel Flores Vs. México. Exceção Preliminar, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 26 de novembro de 2010. Série C No. 220
- Caso Cantoral Benavides vs. Peru. Fundo. Sentença de 18 de agosto de 2000
- Caso Cantos vs. Argentina. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 28 de novembro de 2002. Série C No. 97
- Caso Cantos vs. Argentina. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 28 de novembro de 2002. Série C No. 97
- Caso Castillo Páez vs. Peru. Fundo. Sentença de 3 de novembro de 1997. Serie C No. 34
- Caso Castillo Petruzzi y otros vs. Peru. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 30 de maio de 1999. Série C No. 52.
- Caso Chaparro Álvarez y Lapo Íñiguez vs. Equador. Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 21 de novembro de 2007. Série C No. 110
- Caso de la “Panel Blanca” (Paniagua Morales y otros) vs. Guatemala. Reparações e Custas. Sentença de 25 de maio de 2001. Serie C No. 76
- Caso de la “Panel Blanca” (Paniagua Morales y otros) vs. Guatemala. Fundo. Sentença de 8 de março de 1998. Serie C No. 37
- Caso de los “Niños de la Calle” (Villagrán Morales y otros) vs. Guatemala. Fundo. Sentença de 19 de novembro de 1999. Serie C No. 63
- Caso de los Hermanos Gómez Paquiyauri vs. Peru. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 8 de julho de 2004. Serie C No. 110
- Caso Del Caracazo vs. Venezuela. Reparações e Custas. Sentença de 29 de agosto de 2002. Série C No. 95.
- Caso Fairén Garbí y Solís Corrales vs. Honduras. Fundo. Sentença de 15 de março de 1989. Serie C No. 6,
- Caso Gangaram Panday vs. Suriname. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 21 de janeiro de 1994
- Caso García Asto y Ramírez Rojas Vs. Peru. Exceção Preliminar, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 25 de novembro de 2005. Série C No. 137
- Caso Genie Lacayo vs. Nicarágua. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 29 de janeiro de 1997. Serie C No. 30
- Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil. Exceções preliminares, mérito, reparações e custas. Sentença de 24 de novembro de 2010
- Caso Gómez Palomino versus Peru. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 22 de novembro de 2005. Série C Nº 136
- Caso Hilaire, Constantine y Benjamin y otros vs. Trinidad e Tobago. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 21 de junho de 2002. Série C No. 94
- Caso Hilaire, Constantine y Benjamin y otros vs. Trinidad e Tobago. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 21 de junho de 2002. Série C No. 94
- Caso Ibsen Cárdenas e Ibsen Peña versus Bolívia. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 1º de setembro de 2010. Série C Nº 217
- Caso Juan Humberto Sánchez vs. Honduras. Exceção Preliminar, Fundo, Reparações e

Custas. Sentença de 7 de junho de 2003. Série C No. 99

Caso Juan Humberto Sánchez vs. Honduras. Exceção Preliminar, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 7 de junho de 2003. Série C No. 99

Caso Las Palmeras vs. Colômbia. Fundo. Sentença de 6 de dezembro de 2001. Série C No. 90

Caso Las Palmeras vs. Colômbia. Reparações e Custas. Sentença de 26 de novembro de 2002. Série C No. 96,

Caso López Álvarez vs. Honduras. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 1 de fevereiro de 2006. Série C No. 141

Caso Maritza Urrutia vs. Guatemala. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 27 de novembro de 2003. Serie C No. 103

Caso Myrna Mack Chang vs. Guatemala. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 25 de novembro de 2003. Serie C No. 101

Caso Pacheco Teruel y otros Vs. Honduras. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 27 de abril de 2012. Série C No. 241

Caso Palamara Iribarne vs. Chile. Fundo Reparações e Custa. Sentença de 22 de novembro de 2005

Caso Radilla Pacheco versus México. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 23 de novembro de 2009. Série C N° 209

Caso Rosendo Cantú e outra versus México, Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 31 de agosto de 2010. Série C N°216

Caso Servellón García y otros vs. Honduras. Sentença de 21 de Setembro de 2006

Caso Suárez Rosero vs. Equador. Fundo. Sentença de 12 de novembro de 1997. Serie C No. 35

Caso Tibi vs. Equador. Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 07 de setembro de 2004

Caso Trujillo Oroza vs. Bolívia. Reparações e Custas. Sentença de 27 de fevereiro de 2002. Série C No. 92.

Caso Velásquez Rodríguez versus Honduras. Mérito. Sentença de 29 de julho de 1988. Série C N° 4

Caso Vélez Loor vs. Panamá. Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 23 de novembro de 2010. Série C No. 218

Caso Yatama vs. Nicarágua. Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 23 de junho de 2005. Série C No. 127

Caso Yvon Neptune vs. Haiti. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 6 de mayo de 2008. Série C No. 180

Exigibilidad del Derecho de Rectificación o Respuesta (arts. 14.1, 1.1 y 2 Convención Americana sobre Derechos Humanos). Opinión Consultiva OC-7/86 de 29 de agosto de 1986. Série A No. 7.

Opiniões Consultivas

Exigibilidad del Derecho de Rectificación o Respuesta (arts. 14.1, 1.1 y 2 Convención Americana sobre Derechos Humanos). Opinión Consultiva OC-7/86 de 29 de agosto de 1986. Série A No. 7.

La Expresión "Leyes" en el Artículo 30 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos. Opinião Consultiva OC-6/86 de 9 de maio de 1986. Série A No. 6

El Derecho a la Información sobre la Asistencia Consular en el Marco de las Garantías del Debido Proceso Legal. Opinión Consultiva OC-16/99 del 1 de octubre de 1999. Serie A n. 16.

El hábeas corpus bajo suspensión de garantías (arts. 27.2, 25.1 y 7.6 Convención Americana

sobre Derechos Humanos). Opinión Consultiva OC-8/87 de 30 de janeiro de 1987. Série A No. 8
Garantías Judiciales en Estados de Emergencia (arts. 27.2, 25 y 8 Convención Americana sobre Derechos Humanos). Opinión Consultiva OC-9/87 de 6 de outubro de 1987. Série A No. 9,

Informes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Informe n. 86/09. Caso 12.553. Fundo. Jorge, José y Dante Peirano Basso. República Oriental del Uruguay. 6 de agosto de 2009.
Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Informe Nº 77/02. Caso 11.506, Fundo, Waldermar Gerónimo Pinheiro y José Víctor Dos Santos, Paraguay, 27 de dezembro de 2000.
Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Informe No. 84/10, Caso 12.703, Fundo, Raúl José Díaz Peña, Venezuela, 13 de julho de 2010.

Decisão da Corte Europeia

Case of Kemmache v. França, julgamento em 24 de novembro de 1994
Caso Aquilina v. Malta, julgamento em 29 de abril de 1999
Caso Ashingdane vs. Reino Unido, julgamento em 28 de maio de 1985.
Caso Brannigan and McBride v. Reino Unido, julgado em 25 de maio de 1993, §58
Caso Brincat vs. Itália, julgamento em 26 de novembro de 1992
Caso Clooth vs. Bélgica, julgamento em 12 de dezembro de 1991
Caso De Jong, Baljet and Van den Brink vs. Holanda, julgamento em 22 de maio de 1984
Caso Dougoz vs. Grécia, julgamento em 6 de Março de 2001
Caso Engel and other vs. Holanda julgamento em 8 de junho de 1976
Caso Fox, Campbell y Hartley v. Reino Unido, julgamento em 30 de agosto de 1990
Caso Guzzardi vs. Itália, julgamento em 6 de novembro de 1980
Caso Hadjianastassiou v. Grécia, julgamento em 16 de dezembro de 1992
Caso Jabłoński v. Polónia, julgamento em 21 de dezembro de 2000
Caso Lamy vs. Bélgica, julgamento em 30 de março de 1989.
Caso Matznetter versus Áustria, julgamento em 10 de novembro de 1969
Caso Piruzyan v. Armênia, julgamento em 26 de Junho de 2012
Caso Toth v. Áustria, julgamento em 12 de Dezembro de 1991
Caso Wilde, Ooms and Versyp ("Vagrancy") vs. Bélgica, julgamento em 18 de junho de 1971